

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 05

Data: *8 de janeiro de 1986*

Pg.: \_\_\_\_\_

*11/10/86*

Lucio Flavio Pinto

## O ponto de partida

O governo federal aplica mais dinheiro do que retira da Amazônia. Sob este enfoque, meramente quantitativo, a região não teria motivos para reclamar. Só a hidrelétrica de Tucuruí, ao câmbio do dia, representa uma imobilização de quase 60 trilhões de cruzeiros, 15 vezes o orçamento que o Estado do Pará pretende realizar neste ano. Mas se a relação entrada/saída de investimentos e tributos federais é amplamente superavitária para a Amazônia, este fato só conduz a uma conclusão: de que o Estado (especificamente, a União) é o impulsionador desse processo, quem lhe dá lógica e rentabilidade, o garantidor da mais-valia, para usar uma expressão definitiva da economia política.

Sem a participação decisiva do Estado, através de obras públicas, créditos, colaboração financeira e diversas formas de subsídios, a frente pioneira não se expandiria na Amazônia. Se quer haveria capitalismo. Aqui é o laboratório de multiplicação do capital, que se reproduz mais por alquimia financeira (e outras mais, embutidas em caixas dois e outras mumunhas do gênero) do que por rigorosa atividade produtiva. Daí a Amazônia enriquecer (os outros) empobrecendo (a si própria). O pioneirismo é a pedra de toque para o aventureirismo que a está exaurindo.

O documento "Contribuição do Estado do Pará ao I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República" (66 páginas, Idesp), que serviu de inspiração para um ciclo de debates, encerrado na segunda-feira, talvez seja o primeiro documento oficial (é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento) a encarar esta aparente contradição. Ele constata que uma concepção equivocada da questão regional levou o poder público a "carrear recursos para a região independentemente de quem por eles

estivesse sendo beneficiado", usando conceitos abstratos para disfarçar esse desperdício.

O documento não nega que a política regional posta em prática tenha deixado de alcançar "sucessos": tais objetivos foram atingidos, "mas da forma que convinha à política desenvolvimentista vigente no país, que, privilegiando a esfera econômica, promoveu a acumulação privatizada de riquezas, sem qualquer preocupação com mazelas ambientais e sociais que poderiam decorrer das ações deflagradas na região".

Essa política "deixou em seu rastro uma série de indagações, fruto da perplexidade da sociedade amazônica ante a forma agressiva, desordenada e contraditória de sua ocupação", constata o documento, repetindo uma pergunta — "progresso para que e para quem" — tantas vezes repetida sem merecer uma resposta.

O poder central, no entanto, não pode manter sua conveniente surdez diante de tantas manifestações que sobem da planície rumo ao planalto. "A emergência e o agravamento dos problemas regionais, apesar das inúmeras tentativas de intervenções planejadas sobre as regiões, exigem um esforço de se repensar os princípios, concepções e estratégias que nortearam até então a formulação das políticas de âmbito regional", dizem ainda os técnicos da Seplan.

Tboricamente, eles já encontraram a pista para chegar a corrigir uma política que ocultou a verdadeira compreensão da questão regional, "uma vez que se caiu na armadilha da concepção dicotômica da realidade, definindo-se espaços regionais como áreas polarizadas, expressas em idéias como "centro-periferia", "moderno-atrasado", etc".

Como essa já alentada tradição de planejamento regional obedeceu a uma estratégia

que hoje se recusa, ela de pouco vai valer para orientar um novo modelo, que tem até suas bases teóricas, mas não suas normas operacionais. É o campo aberto do planejamento inovativo, da criação e invenção reivindicada mais de 10 anos atrás por outro documento que também não escapou ao destino inexorável que Brasília tem dado: a prateleira, quando não a cesta de lixo.

A "inteligência" amazônica, baseada nesse carbono do planejamento, que instrui sobre o que não deve ser, já sabe o que quer. Mas ela não conta nas decisões: suas palavras entram e saem dos ouvidos brasilienses sem provocar o maior interesse. A receptividade, ao que parece, não melhorou com a Nova República. Quando muito, houve avanço na postura, não na prática. Oferece-se o ouvido, não a atenção. A questão regional não compete aos regionais: é esfera exclusiva da competência federal, que tem seus compromissos e alianças específicos. A Amazônia é ilustração.

Mas os próprios governos locais, capazes de estimular a elaboração de documentos bem formulados, quando se trata de reivindicar do outro governo, não estão em condições de oferecer contrastes a essa prática por estarem repetindo, em sua própria seara, o que condenam nos domínios alheios. Se Brasília mostra-se incapaz de dar um enfoque sensível à dimensão regional, Belém ou Manaus não conseguem assumir, com plenitude e consequência, a delegação concreta do que também, em seus discursos, é pura retórica.

O documento da Seplan diz que para dar à questão regional "uma perspectiva eminentemente social" é necessário adotar "uma decisão política". Hoje, na Amazônia, é o que está faltando, ao menos como ponto de partida.